

## Pluriatividade: aspectos históricos e conceituais

Luciano Zanetti Pessoa Candiotto<sup>1</sup>

### Resumo

<sup>1</sup> Professor Adjunto do curso de Geografia da UNIOESTE, campus Francisco Beltrão. Membro do GÉ-TERR (Grupo de Estudos Territoriais).  
E-mail:  
lucianozanetti@yzhuoo.unioeste.br

A ampliação das atividades não agrícolas no meio rural, bem como das ocupações da população rural em atividades não agrícolas, vêm modificando a produção e a economia de unidades familiares e comunidades rurais, as relações sociais e de trabalho, além da circulação de pessoas e mercadorias em áreas consideradas rurais. Esse fenômeno, denominado pluriatividade, tem ganhado relevância em pesquisas sobre o rural brasileiro. Como consequência da crescente tecnificação do espaço rural, influenciada por interesses econômicos e culturais, a dinâmica espacial do rural vem sendo modificada, levando também à diversificação das atividades produtivas desempenhadas pelos membros de famílias de agricultores. Assim, procuramos nesse artigo, apresentar um breve histórico sobre o conceito de pluriatividade, e dialogar com impressões e posições de pesquisadores em torno da temática.

Palavras-chave: Pluriatividade, agricultura familiar, atividades não agrícolas.

### Pluriactivity: historic and conceptual aspects

#### Abstract

The expansion of non-cultivate activities in rural space and jobs to rural people in non-cultivate activities are changing the production and economy of family farms unities and rural communities, social and work relationship, and the flow of people and products in rural areas. This phenomenon called pluriactivity is focused on researches about rural in Brazil. Considering economic and cultural influences in rural' technization, the spatial rural dynamic's are changing and it conduces to diversification of activities done by family farmers. So, in this article, we present some historical and theoretical aspects of pluriactivity's concept.

Recebido: 23-05-2007.

Aprovado: 08-05-2008.

Key-words: Pluriactivity, family farm, non cultivate activities.

## Introdução

A dinâmica do espaço geográfico vem tornando-se cada vez mais complexa e mutável, de modo que surgem novos eventos decorrentes da ampliação da técnica

e da intensificação das relações capitalistas. Um dos aspectos relevantes a ser considerado nesse contexto, diz respeito ao debate em torno do rural e de suas transformações, haja vista que novas atividades agrícolas, e, sobretudo não agrícolas, intensificam-se no campo, alterando sua estrutura-dinâmica técnica e social.

Por conseguinte, complexificam-se as ocupações da população residente em áreas rurais, que em busca de melhores condições de sobrevivência, desloca-se às cidades e zonas industriais para trabalhar em atividades não necessariamente agrícolas. Por outro lado, é crescente o interesse da população urbana por áreas rurais, seja para residência, lazer, descanso, ou mesmo, por algo que para muitos se tornou exótico (animais, plantações, rios, matas). A partir desse interesse, além da tradicional produção agropecuária e das atividades páraagrícolas e artesanais do meio rural, paisagens, a biodiversidade, manifestações culturais e o modo de vida rural, passam a ser incorporadas como aspectos que podem gerar emprego e renda para as famílias rurais.

O crescimento das atividades não agrícolas no meio rural, e das ocupações da população rural em atividades não agrícolas, seja na cidade ou no campo, vem modificando diversas unidades de produção e vida familiares (UPVFs)<sup>2</sup> e, conseqüentemente, a dinâmica do espaço rural, através de novas atividades produtivas e econômicas, relações de trabalho e sociais, e da circulação de pessoas e mercadorias em áreas consideradas rurais. Esse fenômeno, denominado *pluriatividade*, vem ganhando relevância em pesquisas sobre o rural brasileiro, sobretudo por sociólogos e geógrafos.

De forma geral, a pluriatividade encontra-se associada à agricultura familiar, pois o fundamento da pluriatividade reside, primeiramente, na existência de uma ou mais atividades agrícolas desenvolvidas na propriedade, combinada com uma ou mais atividades não agrícolas, desenvolvidas dentro ou fora da propriedade. Tais atividades não agrícolas podem estar vinculadas à indústria, comércio ou serviços públicos e privados, e são realizadas tanto em áreas consideradas rurais, como também nas urbanas.

As dificuldades de sobrevivência exclusivamente na agricultura, em contraste com a maior distribuição espacial de indústrias e outros setores produtivos para além das cidades, intensificaram o deslocamento e a diversificação das atividades produtivas desempenhadas pelos membros de famílias de agricultores,

---

<sup>2</sup> Optamos por adotar o termo Unidade de Produção e Vida Familiar (UPVF), utilizado por alguns movimentos sociais do campo, em virtude de este termo levar em consideração os aspectos produtivos/econômicos da unidade familiar, bem como as relações sociais e o cotidiano das famílias rurais e de seus membros. Apreender as dimensões econômica e social das famílias rurais é fundamental para entender suas estratégias de sobrevivência.

tendo como conseqüência, a ampliação da pluriatividade. Esse contexto do rural contemporâneo vem diversificando ocupações e rendas da população rural, levando à implicações socioeconômicas e à mudanças espaciais, manifestadas sobretudo nos lugares (unidades familiares, outros estabelecimentos rurais, comunidades rurais, pequenos municípios).

Desta forma, apreender e refletir sobre o fenômeno da pluriatividade no contexto das transformações contemporâneas do espaço rural, bem como discutir os princípios teóricos e conceituais e as implicações socioespaciais da pluriatividade, são ações pertinentes para a análise da dinâmica do espaço rural e da agricultura familiar.

Sabendo do recente debate acadêmico em torno da pluriatividade e de sua relevância para a compreensão de novas dinâmicas no espaço rural brasileiro, esse artigo tem por objetivo: 1. apresentar um breve resgate histórico sobre a pluriatividade, considerando impressões e posições de pesquisadores em torno do conceito e das implicações desse fenômeno; 2. propor uma tipologia que permita considerar diferentes formas de pluriatividade.

Como procedimentos metodológicos, utilizamos o levantamento, leitura e análise de um referencial bibliográfico produzido por pesquisadores brasileiros, no tocante às atividades não agrícolas no rural e ao conceito de pluriatividade. A partir do referencial bibliográfico, e, considerando também nossa experiência em pesquisas empíricas sobre o rural e a agricultura familiar, apresentamos uma proposta de tipologia para unidades familiares pluriativas, no sentido de contribuir para diferenciar empiricamente situações que envolvem o recurso da pluriatividade.

### Gênese do debate sobre pluriatividade

Schneider (2003) procura mostrar que a pluriatividade não significa uma situação totalmente nova, pois as interpretações clássicas sobre o campesinato, presentes tanto em Kautsky – ao usar o termo *trabalhos acessórios* – quanto em Chayanov – referindo-se a *outras atividades não agrícolas* – já consideravam o fenômeno, porém com características historicamente distintas das interpretações atuais.

Para Kautsky, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura seria paulatinamente subordinado à indústria. Assim, a manutenção da existência do campesinato estaria ligada à própria natureza do processo de desenvolvimento capitalista na agricultura, pois estes continuariam responsáveis pelo fornecimento de força de trabalho para as unidades produtivas maiores (industrializadas). O fato do trabalho exercido pelos camponeses não ser restrito à agricultura levou Kautsky a utilizar o conceito de *trabalho acessório*, e a classificar os *trabalhos acessórios* em três tipos: 1) *trabalho agrícola assalariado*, de caráter temporário (colheitas) e exercido nas grandes propriedades; 2) a *ocupação em indústrias a domicílio*,

fato que ocorreria em regiões de pouca aptidão agrícola; e 3) a *fundação de indústrias no campo* (SCHNEIDER, 2003).

Schneider (2003, p.82) ainda coloca que:

[...] a questão das atividades rurais não-agrícolas aparece na obra de Kautsky como uma forma de reafirmação de seu argumento central, em favor da superioridade técnica da grande propriedade e do inequívoco processo de industrialização da agricultura.

Já Chayanov, considerava que a opção por atividades não agrícolas seria variável, e determinada pelo do ciclo demográfico familiar, ou seja, pela composição da família rural e por suas estratégias de sobrevivência. Quando há sub ocupação da força de trabalho, o recurso às atividades não agrícolas se constituiria em uma alternativa da família. Portanto, seria preciso considerar os elementos técnicos que influenciam a produção e as condições econômicas locais. (SCHNEIDER, 2003).

Apesar das referências feitas por Schneider sobre os autores clássicos que consideraram a prática de atividades não agrícolas por parte dos camponeses, o termo pluriatividade é relativamente recente, pois foi permeado por expressões como, *dupla atividade, atividades páraagrícolas, agricultura em tempo parcial*, entre outras, como veremos na seqüência.

Alentejano (1999) comenta que a modernização da agricultura europeia iniciou-se na década de 1950, pautada na mecanização crescente e no aumento da integração dos agricultores familiares com mercados de crédito, equipamentos, insumos e comercialização. Essa modernização conduziu muitos agricultores a uma intensa profissionalização e especialização. Em consequência do uso de técnicas modernas, o tempo de trabalho dos agricultores europeus nas atividades agrícolas foi reduzido, fazendo com que muitos deles procurassem outras formas de trabalho, geralmente assalariadas. Assim, as indústrias absorveram boa parte dessa mão-de-obra.

Não obstante, desde a década de 1950 o termo *double activité* (dupla atividade) vem sendo empregado para caracterizar a combinação das atividades agrícolas com o emprego em atividades industriais pelos agricultores, em geral como assalariados. Segundo Schneider (2003), a partir de meados de 1970, a noção de dupla-atividade passou a ser de uso corrente na Europa, nos estudos sobre os camponeses-operários, e sobre o movimento inverso, chamado de neo-rural, que caracterizava o retorno de jovens ao campo, com o objetivo maior de residir do que de trabalhar no rural.

Na década de 1970, começa um movimento de resistência, que ganha força nos anos 1980, “quando a crise da agricultura europeia (crise de superprodução) levou muitos agricultores a inverterem o processo de especialização, buscando diversificar não apenas culturas, mas também atividades” (ALENTEJANO, 1999, p.153).

Conforme indica Alentejano (1999), a diversificação das atividades pelos agricultores europeus foi tida como alternativa aos seguintes problemas: superprodução agrícola, déficit público, êxodo rural, aglomeração urbana excessiva, e degradação ambiental.

Além do conceito de dupla-atividade predominante na Europa, sobretudo na França, o conceito de agricultura em tempo parcial (*part-time farming*) foi incorporado entre meados da década de 1970 e 1980, na reflexão sobre novas dinâmicas no mundo rural, nos Estados Unidos e na Europa. Anjos (2003, p.79) assevera que a agricultura em tempo parcial foi objeto de pesquisas de vários geógrafos, e que esta é “geograficamente” afetada por dois aspectos: “a localização da exploração em relação aos centros urbanos; e a potencialidade de recursos existentes na propriedade para o desempenho de uma agricultura comercial viável”. Assim, a proximidade de uma propriedade rural da cidade, bem como as dificuldades naturais para o cultivo agrícola, como relevo acidentado, baixa fertilidade dos solos, intempéries climáticas, entre outros aspectos, influenciariam na adoção da agricultura em tempo parcial.

Segundo Schneider (2003, p.74):

Até meados de 1980, os termos *part-time farming* e *pluriactivité* eram utilizados quase sempre como sinônimos, pois tinham o objetivo de interpretar um fenômeno ocorrido a partir de 1970, correspondente à diversificação crescente das fontes de renda e da inserção profissional dos indivíduos pertencentes a uma mesma família de agricultores.

Todavia, o termo *part-time farming* (agricultura em tempo parcial) refere-se à “utilização do tempo de trabalho na propriedade por parte do indivíduo ou da família”, enquanto a *pluriactivité* (pluriatividade) diz respeito à “combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família” (SCHNEIDER, 2003, p.75). Daí cabe uma referência à diferença básica entre estes, pois o primeiro está pautado no tempo de trabalho, enquanto o segundo, no tipo de atividade desenvolvida.

Ainda na década de 1980, Fuller sugeriu que o termo *part-time farming* fosse substituído por *multiple job holding farm household* (MJHFH), no sentido de reorientar a unidade de análise baseada somente no tempo de trabalho da unidade familiar, incluindo também as diversas atividades desenvolvidas pela família rural. Assim, o autor entendia que os estudos sobre MJHFH deveriam incorporar três características da família: a composição demográfica, o processo de tomada de decisão e os anseios e objetivos dos membros das famílias. (SCHNEIDER, 2003).

Schneider (2003) ressalta que no meio acadêmico, o termo *part-time farming* foi substituído pela noção de *multiple job holding farm household*, que por sua vez, deu lugar ao uso do termo pluriatividade, numa referência à disseminação da diversificação das atividades e das fontes de renda das unidades familiares agrícolas.

Na visão de Fuller (1987) *apud* Schneider (2003), três fatores contribuíram para a afirmação da noção de pluriatividade na década de 1980, sendo eles: o uso da noção de *part-time farming* dificultava a separação do trabalho do chefe da propriedade da função produtiva da propriedade; estudos da Comunidade

Econômica Europeia sobre unidades familiares rurais que combinavam agricultura com outras atividades, contribuíram para que a pluriatividade se transformasse em objeto de pesquisas acadêmicas; os debates iniciados em 1980 na Europa, em torno da reforma da Política Agrícola Comum (PAC), levaram em consideração a crescente importância das atividades não agrícolas no espaço rural, e, conseqüentemente, das pesquisas e reflexões em torno da pluriatividade.

Desta forma, o termo pluriatividade passa a ser aceito pela comunidade científica e por setores políticos vinculados ao desenvolvimento rural a partir da década de 1980. Conforme aponta Anjos (2003), Fuller também adere ao uso da pluriatividade, considerando esta como a associação da agricultura a atividades como: a) emprego em outras explorações; b) atividades páraagrícolas como o processamento de alimentos; c) outras atividades executadas na própria exploração (alojamento de turistas, fabricação de móveis, etc.); d) atividades extra-agrícolas, incluindo trabalho externo.

Para Fuller e Brun *apud* Schneider (2003, p.77),

[...] a pluriatividade, procura focar as diferentes atividades e interesses dos indivíduos e famílias que vivem na unidade produtiva. [...] A pluriatividade implica uma forma de gestão do trabalho doméstico em que o trabalho agrícola encontra-se sempre incluído, podendo não ser, no entanto, uma atividade exclusiva ou mesmo a atividade mais importante.

Portanto, para ser considerada pluriativa, uma unidade de exploração familiar deve ter algum membro da família envolvido em atividades não agrícolas, e ao mesmo tempo, manter o trabalho agrícola.

No Brasil, o debate sobre pluriatividade é recente, tendo como principal contribuição, pesquisas realizadas na década de 1990, e publicadas por Anjos, em 1995; Carneiro, em 1993 e 1996; Neves, em 1995 e 1997; e Schneider, em 1994 e 1995, além dos estudos coordenados por J. Graziano da Silva sobre o “novo rural brasileiro”, termo usado em virtude da emergência expressiva das atividades rurais não agrícolas no meio rural brasileiro (SCHNEIDER, 2003).

Para Schneider (2003, p.29), embora incipientes, “os estudos específicos sobre a pluriatividade das famílias rurais e do crescimento das atividades não-agrícolas no espaço rural parecem estar descortinando dimensões sociais, econômicas e culturais que ganham proeminência na estrutura agrária brasileira.”

Não obstante, são necessários maiores avanços teóricos e conceituais em relação ao tema, que por sua vez, dependem da intensificação de estudos empíricos sobre as atividades não agrícolas no meio rural. Contudo, é preciso considerar que o debate acadêmico em torno da noção de pluriatividade vem sendo fomentado por correntes de pensamento distintas, como veremos a seguir.

## Aspectos teórico-conceituais da pluriatividade

Estaremos aqui, apresentando algumas definições sobre pluriatividade apontadas nas obras que foram referência para esse trabalho. Não é nossa intenção analisar o conteúdo de tais conceitos, nem construir um conceito próprio de pluriatividade. Nosso objetivo aqui é evidenciar algumas propostas de definição, proveniente de autores que vem debruçando-se sobre a apreensão da pluriatividade.

Fuller é tido como uma referência mundial no debate teórico sobre pluriatividade. Na sua concepção, a pluriatividade refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas (FULLER, 1987, *apud* SCHNEIDER, 2003).

“A noção de pluriatividade vem sendo utilizada para descrever o processo de diversificação que ocorre dentro e fora da propriedade, bem como para apontar a emergência de um conjunto de novas atividades que tomam lugar no meio rural” (SCHNEIDER, 2003, p.79).

Na visão de Schneider (2003, p.23),

A pluriatividade refere-se à emergência de situações sociais em que os indivíduos que compõem uma família com domicílio rural passam a dedicar-se ao exercício de um conjunto variado de atividades econômicas e produtivas, não necessariamente ligadas à agricultura e ao cultivo da terra, e cada vez menos executadas dentro da unidade de produção.

Segundo Alentejano (1999, p.155),

A pluriatividade envolve a diversificação das formas de organização, com multiplicação de estratégias complementares de reprodução dos agricultores, como o assalariamento urbano, a transformação industrial ou artesanal da produção agrícola, e o desenvolvimento de atividades terciárias (serviços e lazer) na propriedade rural.

Alentejano (1999) lembra que quando a diversificação de atividades surgiu, era para atender a necessidades de subsistência. Hoje, isso também acontece, porém tal diversificação está vinculada ao mercado, e, portanto, aos interesses dos agentes hegemônicos do capitalismo global.

Para Carneiro (1996, p.10), a pluriatividade “é um termo de criação recente do vocabulário técnico, do qual o campo acadêmico se apropriou. Assim, a noção só ganha sentido se for relacionada com a política agrícola que estimulou a especialização da produção e do trabalho”.

Procurando apresentar uma definição própria, Schneider (2003, p.91) entende a pluriatividade como:

[...] um fenômeno através do qual, membros das famílias de agricultores que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades, ou mais rigorosamente, optam pelo exercício de diferentes atividades não-agrícolas, mantendo a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Anjos (2003) afirma que a pluriatividade insere-se em um contexto, onde a agricultura encontra-se submetida, do ponto de vista estrutural, a uma perda de importância relativa enquanto atividade produtiva; e ao crescente vínculo entre a produção agropecuária e a dinâmica de outros setores da economia mundial.

Após discutir as correntes de interpretação da pluriatividade, Anjos (2003, p.90) sugere a seguinte conceituação para o termo:

A pluriatividade é um fenômeno no qual os componentes de uma unidade familiar executam diversas atividades com o objetivo de obter uma remuneração pelas mesmas, que tanto podem desenvolver-se no interior como no exterior da própria exploração, através da venda da força de trabalho familiar, da prestação de serviços a outros agricultores ou de iniciativas centradas na própria exploração (industrialização em nível de propriedade, turismo rural, agroturismo, artesanato e diversificação produtiva) que conjuntamente impliquem no aproveitamento de todas as potencialidades existentes na propriedade e/ou em seu entorno.

Ocorre, contudo, que mesmo dando ênfase aos aspectos internos à unidade familiar, o autor (p.90) atribui importantes funções aos elementos macroestruturais, afirmando que:

A pluriatividade [...] não se trata de um fenômeno conjuntural, mas o resultado de um amplo processo de transformação da agricultura, em correspondente sincronia com a dinâmica da economia em geral e no marco da profunda reestruturação que atravessa o modo de produção capitalista.

Além disso, segundo Anjos (2003), para apreender as várias manifestações da pluriatividade, é preciso considerar as especificidades geográficas, econômicas, políticas e sociais de cada país.

Numa perspectiva geográfica, adicionaríamos a essa constatação de Anjos, a necessidade de, além das especificidades do país, considerar as especificidades do lugar para apreender a pluriatividade, haja vista a diversidade e heterogeneidade de lugares existentes em cada país, sobretudo no Brasil. Todavia, a interpretação das especificidades dos lugares está intimamente ligada à consideração de ações provenientes de outras escalas geográficas, como a municipal, estadual, federal e global.

Podemos afirmar que Anjos procura refletir sobre a pluriatividade, com base na interação entre elementos microestruturais e macroestruturais. Sabendo

do debate histórico entre a corrente macroestrutural (de influência marxista), que entende a pluriatividade como consequência da expansão do capitalismo na agricultura, e da transição do regime fordista de acumulação para o regime de acumulação flexível; e a corrente microestrutural (com influência dos estudos de Chayanov), que enfatiza a composição e as estratégias de cada família rural como determinantes na adoção (ou não) da pluriatividade, Anjos (2003) mostra-se adepto a uma terceira corrente que busca fundir as duas concepções acima. Nesta, predominam duas premissas: a) é o grupo familiar a unidade de análise, de modo que o interesse maior está na compreensão da dinâmica da família agrária relacionada à sua interação com forças externas; b) há necessidade de conciliar o nível macro com o micro.

Para Reis *apud* Anjos (2003, p.85), na base da pluriatividade, “subjace a articulação existente entre os interesses da acumulação do capital industrial e o esforço de reprodução da força de trabalho familiar”.

Nesse sentido, concordamos com a visão de Anjos sobre a combinação de ações externas e internas à unidade familiar, e sobre o foco na família como unidade de análise. Entendemos que as estratégias de cada família são fundamentais nas decisões em relação à incorporação de determinada técnica ou atividade. Porém, tais estratégias são profundamente influenciadas por oportunidades e ações provenientes de elementos externos à unidade familiar, seja na esfera da economia, cultura ou política. Apesar de diversas famílias rurais trabalharem para sua subsistência e terem uma relativa autonomia em relação aos mercados, não podemos aceitar a falsa idéia de que, nesse mundo globalizado, os agricultores familiares não são influenciados por técnicas, normas, objetos e ações externos à sua unidade de produção e vida familiar.

Além de Anjos (2003), outros pesquisadores brasileiros como Carneiro (1996, 1999) e Schneider (2003), entre outros, acreditam que a família se constitui na unidade de análise para apreender elementos da agricultura familiar, e, conseqüentemente da pluriatividade. A abordagem teórico-metodológica de pluriatividade proposta por Schneider (2003, p.100), “parte das famílias rurais como unidades nas quais a presença da pluriatividade deve ser entendida como um *ponto de partida* para a reflexão sobre o próprio funcionamento e as características da agricultura familiar no final do século XX”.

Schneider (2003, p.95) enfatiza a decisão tomada pela família como um aspecto fundamental na adoção ou não da pluriatividade.

[...] mesmo que as unidades familiares estejam submetidas a determinados condicionantes externos, como o monopólio de preços ou os diferentes tipos de mercado (de trabalho, de crédito, de produtos e insumos), o fato de estruturarem-se com base na utilização da força de trabalho dos membros da unidade familiar permitirá que determinadas decisões tomem-se possíveis.

Portanto, segundo o sociólogo,

[...] seria um equívoco imaginar que os agricultores familiares sejam meros coadjuvantes [...] e que não contribuam para afirmação e significação da pluriatividade. [...] Para entender a complexidade das relações sociais que são engendradas nesse processo, é preciso estudar a pluriatividade a partir do modo como é exercida pelos próprios agricultores familiares (SCHNEIDER, 2003, p.97).

Fuller reconhece a influência de fatores externos, mas também destaca a percepção da família na tomada de decisões.

A lógica a partir da qual as unidades domésticas adotam diferentes padrões de atividade vai depender das condições existentes na agricultura, das oportunidades de trabalho fora da unidade produtiva familiar, da estrutura da família e suas mudanças no longo prazo (FULLER *apud* SCHNEIDER, 2003, p.97).

Apesar de concordarmos com Anjos, Schneider e Fuller, sobre a decisão da família como aspecto determinante na adoção ou não da pluriatividade, entendemos que boa parte das novas oportunidades de emprego e renda para as famílias rurais se encontra nas atividades não agrícolas, haja vista a expansão destas para o espaço rural, e as dificuldades dos agricultores familiares em se manter somente com as atividades agrícolas. Assim, muitas vezes, a adoção da pluriatividade, em suas diversas formas, se apresenta como uma das poucas oportunidades de ampliação da renda da família, e até de sobrevivência da mesma.

Ao centrar-se no estudo da relação entre agricultura familiar e pluriatividade, Schneider (2003) chega a propor uma definição operacional de pluriatividade. Tal definição foi utilizada em suas pesquisas empíricas sobre a pluriatividade nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Para o autor, famílias pluriativas são aquelas em que algum dos membros que compõem o núcleo familiar exerce um tipo de atividade considerada não agrícola. No entanto, consideram-se atividades não agrícolas, aquelas tarefas que não implicam o envolvimento direto no processo de produção vegetal e/ou animal.

O que define a família pluriativa é, “em primeiro lugar, a combinação de mais de uma atividade, sendo uma delas na agricultura, tendo em vista tratar-se de agricultores familiares pluriativos” (SCHNEIDER, 2003, p.175).

Sabendo da diversidade de situações que caracterizam a pluriatividade, e buscando contribuir para a construção conceitual sobre a pluriatividade, ousamos apresentar elementos para uma proposta tipológica para as atividades pluriativas. Assim, trabalhamos com cinco situações, sendo quatro características da pluriatividade, e uma que não se apresenta como pluriatividade:

1. *Diversificação agrícola interna à propriedade* - diversificação das atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da unidade de produção e vida familiar. Além da

produção de alimentos, o cultivo de flores, animais exóticos, mudas de plantas, ervas medicinais, entre outros, permite o acesso a novas fontes de renda, reduzindo a dependência do agricultor a uma única atividade. Esse caso não constituiria pluriatividade, pois não envolve atividades não agrícolas.

2. *Pluriatividade decorrente de atividades para agrícolas na UPVF* – além das atividades agropecuárias, há processamento de alimentos (doces, sucos, vinhos, embutidos, etc.) e/ou produção de artesanato com subprodutos agropecuários.

3. *Pluriatividade agrícola e não agrícola interna à UPVF* - combinação de atividades agrícolas e/ou pecuárias, e de atividades não agrícolas dentro da propriedade rural do agricultor. O atendimento e comercialização de produtos agropecuários, assim como o lazer e o turismo nas propriedades rurais seriam exemplos.

4. *Pluriatividade agrícola interna e externa à UPVF* - desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da propriedade rural em tempo parcial, combinada com o trabalho assalariado, relacionado também à atividades agropecuárias em outros estabelecimentos rurais.

5. *Pluriatividade agrícola e não agrícola interna e externa à propriedade* - desenvolvimento de atividades agrícolas e/ou pecuárias dentro da propriedade rural em tempo parcial, combinada com o trabalho assalariado fora da propriedade e em outros setores da economia, como indústria, comércio e serviços, que podem ser realizados tanto no meio rural como nas cidades.

Além dessa limitada classificação, uma diversidade de aspectos intermediários precisa ser considerada, como se o trabalho externo assalariado (agrícola ou não) é formal ou informal, permanente ou temporário; se o assalariado combina atividades agrícolas e não agrícolas dentro e/ou fora da propriedade, entre outras realidades possíveis. Assim, para cada caso a ser analisado, é preciso *identificar os tipos de atividades desenvolvidas na UPVF e o tipo de atividade assalariada desenvolvida por membros da família fora da UPVF.*

### **Posições acerca da pluriatividade**

Existe um amplo debate sobre os possíveis aspectos positivos e negativos da inserção dos agricultores familiares brasileiros na pluriatividade, polarizado basicamente por aqueles que acreditam que esse fenômeno possa contribuir para a dinamização social e econômica das famílias que vivem e trabalham no campo; e aqueles que entendem a noção de pluriatividade, como mais um mecanismo de subordinação dos agricultores familiares ao capital. Tal subordinação ocorreria através da ampliação das relações capitalistas, incorporação de tecnologias modernas e caras, integração com grandes agroindústrias, e do assalariamento via trabalho em indústrias, comércio e serviços.

No plano político e numa perspectiva crítica, Guanzirolí (2001) atribui às elites brasileiras à exacerbação do vínculo entre atividades não agrícolas e

desenvolvimento. Como é de praxe, na história do Brasil, os modelos de desenvolvimento são copiados e implantados dos países centrais, sem maiores reflexões e adequações à realidade nacional.

Numa falsa analogia com o que se passou nos países capitalistas centrais, o êxodo rural, as dificuldades da agricultura familiar e, mais recentemente, o aumento das ocupações rurais não-agrícolas no Brasil têm sido vistos por grande parte das elites (incluindo as intelectuais) como uma evidência do desenvolvimento. Falsa analogia, uma vez que não são levadas em conta as diferenças radicais nas condições em que estes fenômenos ocorreram em ambos os casos (GUANZIROLI, 2001, p.18).

Guanziroli não se opõe à pluriatividade, porém deixa o alerta sobre a necessidade de apreender as particularidades da pluriatividade no Brasil, e não simplesmente adotar teorias desenvolvidas em realidades diferentes. Para o autor, a redução das desigualdades sociais deve ser combatida por meio de políticas de desenvolvimento rural que possam beneficiar a agricultura familiar, tanto com o fortalecimento da agricultura como na adoção de atividades não agrícolas.

As oportunidades de emprego rurais não-agrícolas, que não são induzidas pela expansão agropecuária, que devem certamente ser estimuladas, estão limitadas pela elevada concentração de renda e riqueza que caracteriza o país. Portanto, para a eliminação da pobreza no campo e redução da pressão migratória sobre as cidades, faz-se necessário um projeto de desenvolvimento rural apoiado na produção familiar. (GUANZIROLI, 2001, p. 42).

Lamarche (1993) concluiu em sua pesquisa que a pluriatividade e o êxodo dos jovens no Brasil são atitudes negativas, pois o emprego externo traduz-se na falta de opções, de alternativas agrícolas para a agricultura familiar.

Outro autor que considera a possibilidade de decomposição das relações familiares com a inserção em atividades pluriativas é Barthez (1982, 1987), argumentando que a pluriatividade representa uma ruptura com o modelo de família agrícola, pois a atividade agrícola já não caracteriza mais a unidade de referência. Conseqüentemente, há uma tendência de destruição da *lógica da família tradicional*, em função da especialização do trabalho por parte de cada membro da família, pois as atividades passam a ser individualizadas conforme as habilidades e vontades de cada um (SCHNEIDER, 2003).

Na visão de Anjos (2003, p.91),

A pluriatividade insere-se em um contexto, onde a agricultura encontra-se submetida do ponto de vista estrutural, a uma perda de importância relativa enquanto atividade produtiva; e ao crescente vínculo entre a produção agropecuária e a dinâmica de outros setores da economia mundial. Este declive acarreta inúmeras conseqüências, especialmente no plano político.

Anjos também aponta para a redução do peso da intervenção pública no apoio aos sistemas de produção agrária, frente aos mercados internacionais, além da tendência de predomínio da técnica sobre a natureza.

Apesar das imposições externas, como o interesse dos mercados por novos usos do meio rural, pressão para profissionalização e capacitação técnica dos agricultores familiares, inserção da industrialização difusa em áreas consideradas rurais, entre outros fatores, cabe a ressalva da necessidade de adaptação à lógica capitalista por parte dos agricultores familiares, para garantir a sobrevivência de sua família. Assim, as unidades familiares são influenciadas pelas oportunidades de ocupação decorrentes dos interesses dos mercados consumidores, seja por alimentos, paisagens, aspectos histórico-culturais, gastronomia, lazer, turismo, artesanato, etc. Registre-se, no entanto, que ainda cabe à família agricultora, a decisão de aceitar e incorporar tais oportunidades em suas estratégias de sobrevivência.

Segundo Alentejano (1999, p.155),

Essas múltiplas estratégias representam o caminho, às vezes único, para assegurar a reprodução da unidade familiar agrícola, quer porque a renda dita complementar é essencial, quer porque a especialização na atividade agrícola não aparece como opção desejável para os descendentes.

Para Alentejano (1999), a pluriatividade tem algumas características de resistência ao agronegócio e ao mercado de *commodities*, pois busca reduzir a subordinação ao mercado (monoculturas, integração). São, contudo, limitadas as formas de resistência decorrentes da pluriatividade, pois “o desenvolvimento da pluriatividade significa uma forma de acentuação da exploração capitalista, (...) que aponta para a reestruturação produtiva, tendo como efeito o aumento da exploração do trabalho e a ampliação da margem de lucro dos capitalistas” (ALENTEJANO, 1999, p.150).

O mesmo autor vê a pluriatividade mais como imposição do mercado e do capital financeiro para aqueles agricultores em dificuldades, do que como opção. Por conseguinte, entende que a pluriatividade não é para manter a agricultura, mas para desmantelá-la. O geógrafo Alentejano (2003, p.29) afirma também que “o que interessa é saber se atividades rurais dos setores secundário e terciário, que certamente geram maiores rendas”, têm mais chances no entorno de grandes fazendas ou no entorno de sítios familiares poli produtivos. Desta forma, será possível apreender as possibilidades e limitações da pluriatividade para a agricultura familiar, e para o desenvolvimento rural.

Entre os autores que defendem a pluriatividade, destacamos Marsden e Schneider. Marsden (1985) *apud* Schneider (2003) considera que a pluriatividade tende a se generalizar tanto em áreas de produção agrícola, onde o avanço tecnológico diminuiria a demanda de trabalho nas propriedades, como nas demais

zonas rurais, onde o próprio Estado vem estimulando o desenvolvimento de outras atividades econômicas, como o turismo e o artesanato. O autor acredita que esse processo conduzirá a revalorização do espaço rural, especialmente em razão do rápido crescimento do movimento ambientalista e dos processos de descentralização industrial, que tendem a ampliar o mercado de trabalho e o exercício da pluriatividade pelas famílias rurais.

Contudo, Marsden se fundamenta na realidade europeia da agricultura familiar, onde as dificuldades de sobrevivência e de acesso à infra-estrutura e serviços públicos são bem menores que no Brasil. Enquanto as condições técnicas e estruturais do rural europeu permitem aos agricultores diversificar suas atividades, favorecendo a expansão da pluriatividade, os problemas estruturais que caracterizam a questão agrária no Brasil, como concentração de terras, falta de regularização fundiária, desperdício de áreas produtivas, entre outros, mostram a veemência de uma ampla reforma agrária no país, e as limitações espaciais e sociais da pluriatividade como alternativa de diversificação econômica e produtiva no rural brasileiro.

Schneider (2003) também entende a pluriatividade como algo positivo para a agricultura familiar frente às novas dinâmicas do espaço rural. “A pluriatividade é vista como uma forma de acomodar a mudança, de se adaptar à realidade da agricultura, minimizando riscos, maximizando oportunidades, construindo uma família e permanecendo na terra” (SCHNEIDER, 2003, p.97).

Já Carneiro (1999) relativiza as conseqüências da pluriatividade, não se posicionando favorável ou contra esse fenômeno, e defendendo a necessidade de apreender as estratégias e ações da família e de seus membros, para verificar a viabilidade e as implicações da pluriatividade na agricultura familiar. Mais importante seria “identificar e compreender o significado (e o peso) das práticas não agrícolas nas estratégias reprodutivas de cada tipo de família no sentido de reconhecer a tendência de sua trajetória futura em relação à agricultura e às demais opções de renda” (CARNEIRO, 1999, p. 341).

Para Carneiro, as práticas não agrícolas, tanto podem

[...] apontar para uma contradição entre a individualização da força de trabalho e o caráter coletivo da economia familiar como pode acarretar o resgate de laços de solidariedade intrafamiliares, fundamentais para a combinação do trabalho individual com os interesses coletivos (CARNEIRO, 1999, p.335).

Por conseguinte, “o trabalho extra-agrícola executado por um ou vários membros da unidade familiar (...) pode servir como complemento que reforça e garante a reprodução da exploração agrícola como pode indicar uma estratégia de secundarização da atividade agrícola na reprodução social” (CARNEIRO, 1999, p.336). Desta forma, Carneiro acredita que o recurso ao trabalho não agrícola não indica, por si só, a falência da atividade agrícola, mas aponta para a plasticidade da

agricultura familiar, que não se enquadra nem nos moldes do agricultor-empresário de ponta nem no padrão da chamada agricultura “tradicional”.

No sentido de adaptação às oportunidades que surgem nessa fase do capitalismo, a pluriatividade se constitui em um fenômeno importante e inevitável, pois além de diversificar as fontes de renda dos agricultores familiares, amplia suas relações capitalistas, inserindo-os em novos mercados e novas relações sociais. Todavia, *do ponto de vista da autonomia dos agricultores familiares/camponeses* (discutida e defendida por Alentejano, Carneiro, Guanziroli, entre outros), apesar de diversificar as fontes de renda, a pluriatividade, ao inserir os agricultores familiares em novos mercados, intensifica as exigências de uma racionalidade econômica/empresarial.

Segundo Bombardi (2003), essa racionalidade econômica não faz parte dos valores morais do camponês, apesar deste participar de relações capitalistas a muito tempo. Conseqüentemente, a pluriatividade teria poucas contribuições para a afirmação e expansão da autonomia das unidades de produção e vida familiar.

### Considerações finais

Como procuramos demonstrar, o recurso às atividades não agrícolas e à pluriatividade não é um fenômeno novo, pois apresenta características de outros fenômenos similares como as atividades paraagrícolas e o trabalho acessório. No entanto, o diferencial atual reside na maior tecnicização do rural, que vem conduzindo a um rápido crescimento de atividades não agrícolas no espaço rural (indústrias, atividades de lazer e turismo, condomínios residenciais), bem como à busca de empregos em cidades, distritos industriais e outros espaços, por parte de membros de famílias rurais, como forma de complementar a renda proveniente da agricultura.

Nesse debate sobre as implicações da pluriatividade, temos aqueles que a defendem como estratégia de sobrevivência e reprodução para a agricultura familiar, e aqueles que questionam as benesses dessas novas atividades, sobretudo no que tange a maior dependência aos mercados, e à conseqüente perda de autonomia das famílias.

Enquanto alguns pesquisadores vêem o recurso à pluriatividade como benéfico e pertinente ao agricultor familiar, pois diversificaria as atividades dos membros da família e levaria ao aumento da renda familiar, a maior parte dos cientistas sociais dedicados ao tema, questiona as conseqüências socioespaciais da pluriatividade, sobretudo em relação à secundarização da agricultura; alterações nas estratégias de reprodução das famílias rurais; mudanças culturais naqueles que passam a conciliar atividades agrícolas com não agrícolas; até a dissolução do núcleo familiar e perda da identidade da família com a agricultura.

Em nossa opinião, o recurso à pluriatividade pode ser uma estratégia proveniente das intencionalidades da família em diversificar suas atividades e sua renda, sobretudo quando esta amplia as atividades não agrícolas dentro da UPVF.

(processamento de alimentos, abertura para visitação, locação de espaços para lazer, etc). Todavia, a pluriatividade geralmente surge a partir da oferta de empregos assalariados por parte de indústrias e outras empresas que percebem no trabalhador rural, um indivíduo com poucas exigências trabalhistas.

A adoção da pluriatividade por parte da família rural depende das estratégias e anseios de cada família, porém, apesar de diversas atividades pluriativas serem desenvolvidas a partir da iniciativa de famílias rurais, a origem da maior parte das atividades não agrícolas para a população rural está ligada à oferta de empregos provenientes de empresas que não são de propriedade dos agricultores familiares, como indústrias e outras empresas que se instalam no meio rural, e que buscam mão-de-obra barata e próxima.

Entendemos que o assalariamento de algum membro da família a partir de uma ocupação fora da unidade familiar pode ser um fator que conduzirá a maior subordinação deste aos ditames da empresa que o emprega, reduzindo significativamente a autonomia deste, e de sua família, pois o tempo de trabalho na unidade familiar é reduzido, e a força de trabalho passa a ser direcionada ao lucro de um terceiro.

Quando a pluriatividade é decorrente do assalariamento de membros da família fora da unidade familiar, as conseqüências na unidade produtiva e na unidade doméstica são ainda maiores, pois as novidades (relações sociais, direitos trabalhistas, novas territorialidades) estão vinculadas à saída do indivíduo de sua propriedade e do contato freqüente com sua família, levando a mudanças socioculturais no indivíduo, e até à sua migração para as cidades e ao conseqüente abandono do rural e das práticas agropecuárias<sup>3</sup>.

Em contrapartida, quando a família rural opta por alguma atividade não agrícola na própria unidade familiar, diversificando suas fontes de renda dentro da propriedade, a pluriatividade parece mais vantajosa para a família, pois o trabalho continua concentrado na unidade, os lucros são maiores e tendem a ser aplicados na própria unidade familiar, gerando benefícios para a família e contribuindo para fortalecer sua autonomia.

Não obstante, nesse debate sobre a viabilidade da pluriatividade como estratégia de manutenção e melhoria da qualidade de vida na agricultura familiar, é preciso analisar as experiências empíricas para verificar os elementos positivos e negativos para o agricultor familiar no que tange sua qualidade de vida e sua autonomia.

Acreditamos que, para o avanço do debate teórico sobre a pluriatividade, é fundamental a realização de pesquisas empíricas, que busquem:

---

<sup>3</sup> Apesar de favorável à pluriatividade como estratégia de sobrevivência da agricultura familiar, Schneider (2003) considera que a situação de pluriatividade leva a alteração de aspectos intra-familiares, afetando tanto a unidade doméstica quanto a unidade produtiva.

- identificar as formas de manifestação da pluriatividade, para construir tipologias em torno desse amplo fenômeno;

- apreender as implicações socioculturais e econômicas nas famílias rurais pluriativas, considerando as atividades desenvolvidas, como e porque da adoção de atividades não agrícolas, e as conseqüências da pluriatividade para a unidade doméstica (família) e para a unidade produtiva;

- apreender as implicações espaciais locais da pluriatividade, relacionando as mudanças nas unidades de produção e vida familiar, com os atores locais envolvidos e com o entorno (comunidade, município), e, ao mesmo tempo, identificando influências de objetos e ações com origem em outras escalas espaciais externas ao lugar (instituições públicas estaduais e federais, ONG's, empresas multinacionais, normas estaduais e federais, determinações de instituições globais, entre outras), que se manifestam de forma material ou simbólica nos lugares.

Entendemos que pesquisas vinculadas aos objetivos acima, certamente contribuirão para desvendar quem são os reais beneficiados com a pluriatividade, quais as conseqüências da pluriatividade no espaço rural e na agricultura familiar, e quais os interesses que irão prevalecer nesse novo contexto da dinâmica rural brasileira.

### Referências Bibliográficas

ALENTEJANO, Paulo R. As relações cidade-campo no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v.2, n.21, p.25-39, jul/dez. 2003.

ALENTEJANO, Paulo R. Pluriatividade: uma noção válida para a análise da realidade agrária brasileira? In: TEDESCO, João C. (Org.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: UPF, 1999. p.148-173.

ANJOS, Flávio. S. dos. **Agricultura familiar, pluriatividade e desenvolvimento rural no Sul do Brasil**. Pelotas: Agufpel, 2003.

BOMBARDI, Larissa M. O papel da geografia agrária no debate teórico sobre os conceitos de campesinato e agricultura familiar. **GEOUSP: espaço e tempo**, São Paulo, v.1, n.14, p.107-117, 2003.

CARNEIRO, Maria J. Agricultores familiares e pluriatividade: tipologias e políticas. In: COSTA, Luiz F. de C.; MOREIRA, Roberto J.; BRUNO, Regina. (Org.) **Mundo rural e tempo presente**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999. p.325-344.

CARNEIRO, Maria J. T. Pluriatividade no campo: o caso francês. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v.11, n.32, p.89-105, 1996.

GUANZIROLI, Carlos. E. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

LAMARCHE, Hughes. **Agricultura Familiar: do mito à realidade**. Campinas: Unicamp, 1993. v.1.

SCHNEIDER, Sérgio. **A pluriatividade na agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.